



**SAFRE EMPREENDIMENTOS LTDA**

## **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**Pregão Presencial nº 003/2025 – Processo Administrativo nº 141/2025**  
**Município de Juquiá/SP**

**Impugnante:** Safre Empreendimentos e Transportes LTDA  
**CNPJ:** 52.928.064/0001-50

### **I – DA TEMPESTIVIDADE**

A presente impugnação é tempestiva, nos termos do item 2.1 do edital e do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, uma vez apresentada dentro do prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para a sessão pública.

### **II – DA EXIGÊNCIA ILEGAL DE EXPERIÊNCIA MÍNIMA DE 03 (TRÊS) ANOS**

O edital exige, no item 5.3.1.1, alínea “c”, a comprovação de prestação de serviços por **período mínimo de 03 (três) anos**.

Tal exigência **não encontra amparo na Lei nº 14.133/2021**, que **não autoriza a fixação de tempo mínimo de experiência**, limitando-se a permitir a exigência de atestados compatíveis com o objeto e com as parcelas de maior relevância (art. 67).

O §5º do art. 67 da Lei nº 14.133/21 autoriza, inclusive, a **soma de atestados**, afastando qualquer exigência de prazo mínimo contínuo, sob pena de restrição indevida à competitividade.

A exigência imposta no edital **restringe injustificadamente a participação de empresas aptas**, violando os princípios da competitividade, isonomia e razoabilidade.

### **III – DA EXIGÊNCIA DESPROPORCIONAL DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O edital exige patrimônio líquido mínimo correspondente a **10% do valor total estimado da contratação**, o que equivale a **R\$ 2.843.975,20**, considerando o valor estimado de **R\$ 28.439.752,00**.

A exigência é **desproporcional e excessiva**, especialmente para contrato de prestação continuada de transporte escolar, não se tratando de obra de grande vulto nem de contratação com risco financeiro excepcional.



#### **SAFRE EMPREENDIMENTOS LTDA**

Tal exigência afasta empresas financeiramente saudáveis e operacionais, configurando restrição indevida à ampla concorrência.

#### **IV – DA ILEGALIDADE NA INVERSÃO DE FASES**

O edital afirma adotar a inversão de fases, porém estabelece que a habilitação ocorrerá antes da apresentação e julgamento das propostas, o que contraria o art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/21.

A denominada “habilitação prévia” não encontra respaldo legal para a modalidade pregão, caracterizando vício formal que compromete a regularidade do certame.

#### **V – DO PEDIDO**

Diante do exposto, requer-se:

- a) o **acolhimento da presente impugnação**;
- b) a **retificação do edital**, com a exclusão da exigência de experiência mínima de 03 (três) anos;
- c) a **revisão da exigência de patrimônio líquido mínimo**, adequando-a aos princípios da razoabilidade e competitividade;
- d) a **adequação do procedimento licitatório à correta inversão de fases**, conforme a Lei nº 14.133/2021;
- e) caso haja alteração do edital, a **designação de nova data para o certame**.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Piedade/ SP, 18 de dezembro de 2025.

---

**Safre Empreendimentos e Transportes LTDA**  
CNPJ 52.928.064/0001-50